

SOBERANIA ALIMENTAR, MULHERES CAMPONESAS E AGROECOLOGIA: CONSTRUÇÕES A LUZ DA PROPOSTA DA VIA CAMPESINA

Data de aceite: 01/08/2023

Aline Barros Oliveira

Doutoranda no Programa de Pós
Graduação em Agroecologia e
Desenvolvimento Territorial – PPGADT/
UNIVASF

Helder Ribeiro Freitas

Docente, Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

Jorge Luis Cavalcanti Ramos

Docente, Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

Lúcia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Docente, Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

Luciana Souza de Oliveira

Docente, Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

Silvia Helena Nogueira Turco

Docente, Programa de Pós Graduação
em Agroecologia e Desenvolvimento
Territorial - PPGADT/UNIVASF

1 . INTRODUÇÃO

Desde 2020, em consequência da pandemia da Covid-19, a população mundial tem se deparado com o agravamento dos problemas globais históricos, como a fome, o crescimento da pobreza, o desemprego, a desigualdade social, econômica e a degradação ambiental. Esse contexto também passa pela desigualdade de acesso aos serviços públicos de saúde, educação, pela acentuada discriminação em determinadas camadas e classes sociais, mais evidentes e aprofundadas nos países considerados subdesenvolvidos como o Brasil. Das periferias urbanas à zona rural, essa realidade assola em um grau ainda maior a população negra e as mulheres.

Dados do Relatório da segurança alimentar e nutricional no mundo do ano de 2018 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), demonstraram que o número de pessoas em situação de insegurança alimentar a nível mundial voltou a crescer

progressivamente desde meados de 2015, após anos de decréscimo. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2018)

Entre 2016 e 2017 o número de pessoas em situação de insegurança alimentar passou de 804,2 para 820,8 milhões, patamar semelhante ao ano de 2010, como pode ser observado no gráfico 1. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2018):

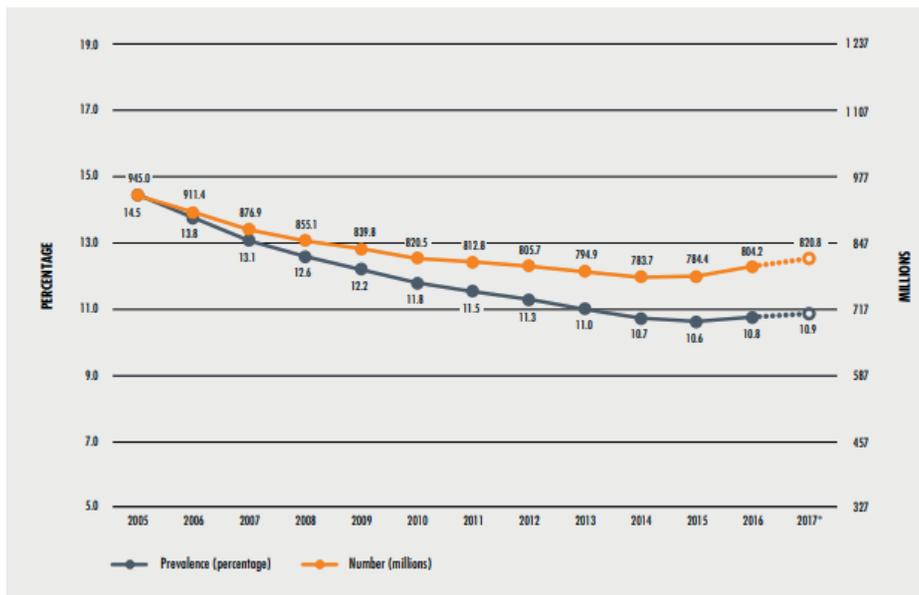


Gráfico 1. Número de pessoas em insegurança alimentar e desnutrição no mundo entre 2005 e 2017.

Fonte: FAO, 2018

O mesmo relatório também traz análise de dados coletados em mais de 140 países quanto ao recorte de gênero e aponta que a insegurança alimentar grave é relativamente maior entre as mulheres, principalmente na África e na América Latina (gráfico 2):

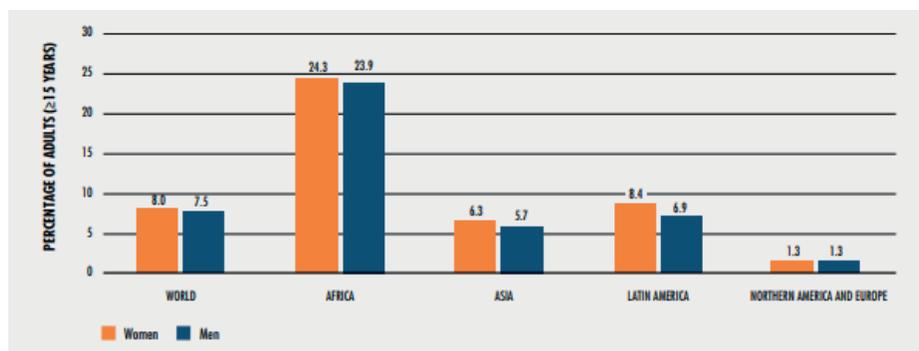


Gráfico 2. Número de mulheres em insegurança alimentar no mundo. Média entre 2015 e 2017.

Fonte: FAO, 2018

Dados recentes do Relatório do estado da segurança alimentar e nutricional no mundo de 2021 da FAO traz uma análise dos relatórios dos últimos anos que vinham apontando um crescimento progressivo da insegurança alimentar no mundo e como principais fatores para essa situação os conflitos, as variações climáticas e extremos, desaceleração da economia, que são agravadas pelas causas latentes da pobreza e níveis muito altos e persistentes de desigualdade (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021).

Além disso, evidencia que a insegurança alimentar se agravou por conta da pandemia da COVID-19 a nível global, mas que, embora a pandemia tenha causado grandes retrocessos, ela também evidenciou ainda mais as vulnerabilidades e desigualdades sociais que já existiam ((FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021).

Um aumento de 320 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar em apenas um ano de pandemia é o que demonstra o relatório. O aumento estimado de 2020 foi igual ao dos cinco anos anteriores combinados. Estimou-se que uma em cada três pessoas no mundo, cerca de 2,4 bilhões de pessoas, não tiveram acesso à alimentação adequada em 2020. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021).

No gráfico 3 é possível observar que os níveis de insegurança alimentar grave e moderada foram mais pronunciados na África e América Latina e Caribe, e que a América do Norte e Europa apresentaram o primeiro aumento desde 2018, no entanto bem abaixo da média mundial.

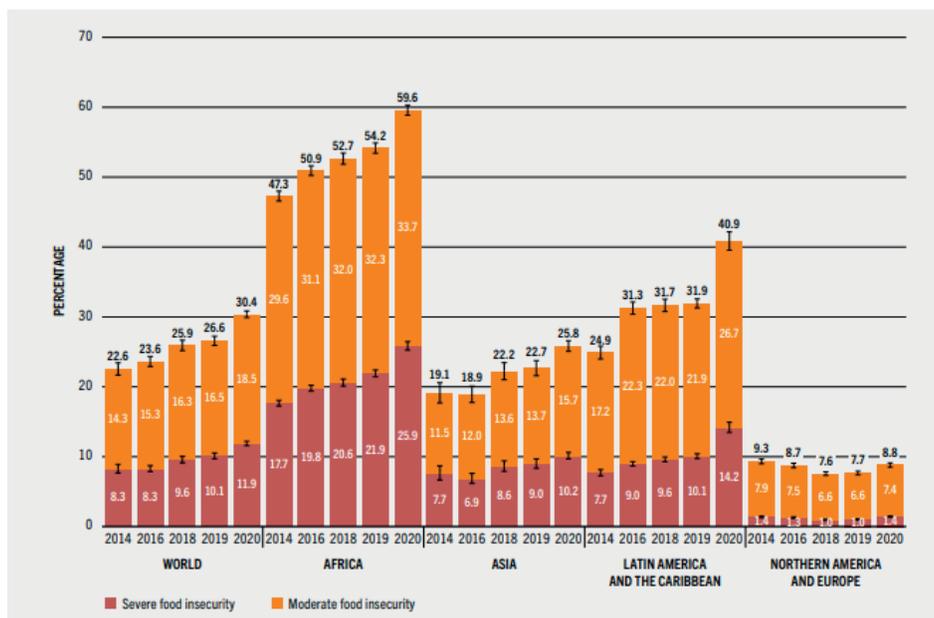


Gráfico 3. Números da insegurança alimentar a nível mundial entre 2014 e 2020.

Fonte: FAO, 2021.

Segundo o relatório da FAO cerca de 928 milhões de pessoas sofreram com

insegurança alimentar grave em 2020, o que representa em torno de 12% da população mundial. Além disso, revela que o número de mulheres passando por insegurança alimentar moderada e grave cresceu ainda mais no ano da pandemia da COVID-19 e foi superior a enfrentada pelos homens em cerca de 10% (FAO, IFAD, UNICEF, WFP e WHO, 2021).

Quando se trata de insegurança alimentar grave, por exemplo, significa que a redução do consumo de alimentos nas famílias com essa avaliação, a restrição alimentar atingiu também as crianças. Com isso, podemos interpretar que as mulheres da família foram as primeiras a serem atingidas, pois, comumente nas famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mães e demais mulheres que cuidam das crianças em seus lares, abdicam do seu alimento para não deixar que os seus passem fome.

Vale ressaltar que o aumento da fome a nível mundial mesmo antes da pandemia era crescente e apontado por dados e alertas dos movimentos e organizações sociais e pela ONU. Em recente pronunciamento, Antônio Guterre, secretário-geral das Organizações das Nações Unidas, alertou que em 2020 mais de 88 milhões de pessoas passaram fome aguda, um aumento de 20% e com previsão de aumento em 2021 (ONU, 2021).

Se por um lado, problemas históricos como a pobreza, as desigualdades sociais, a insegurança alimentar ainda fazem parte da realidade atual, por outro lado em contraponto, o incentivo e incremento tecnológico à agricultura industrial e monocultivos promove o aumento da produção e produtividade agrícola, no entanto, isso não tem refletido na diminuição da pobreza, da fome e da insegurança alimentar.

Além disso, ao longo dos anos, muitos têm sido os alertas sobre as consequências desses sistemas de cultivo baseados no uso de agroquímicos tanto à saúde humana, quanto aos impactos negativos ao meio ambiente e seus ecossistemas.

A crescente pressão em favor da agricultura industrial e da globalização, com ênfase nos cultivos de exportação, mais recentemente os cultivos transgênicos, e a rápida expansão dos agrocombustíveis (cana-de-açúcar, milho, soja, palma, eucalipto etc.), cada vez mais transformam a agricultura do mundo e o fornecimento de alimentos com impactos e riscos econômicos, sociais e ecológicos potencialmente severos. Tal reforma se dá em meio a mudanças climáticas [...]. Os riscos incluem incremento em inundações de áreas baixas, maior frequência e severidade de secas em áreas semi-áridas e condições de calor excessivo, as quais podem limitar significativamente a produtividade agrícola (ALTIERI, 2010).

Diante de tais fatos, é preciso refletir sobre as possibilidades de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável para além da perspectiva da garantia do direito de acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficientes como existe na centralidade da conceituação da segurança alimentar.

No entanto, a abordagem da segurança alimentar é importante para entendermos a evolução do conceito de soberania alimentar que será a temática abordada neste estudo, buscando a compreensão da construção do seu conceito à luz da proposta da Via Campesina e sua relação com a luta das mulheres camponesas e a agroecologia.

O conceito de soberania alimentar proposto pelos movimentos sociais que compõe a Via Campesina trata do direito humano ao alimento de forma mais abrangente considerando não apenas o direito ao acesso a alimentação em quantidade e qualidade suficientes de maneira contínua e indistinta, mas também abrange o direito dos povos a alimentos saudáveis, produzidos de forma ecológica, respeitando suas culturas e o direito de escolha dos sistemas de produção.

A Via Campesina acredita que, a fim de proteger os sustentos, os empregos, o meio ambiente, a segurança alimentar e a saúde da população, a produção de alimentos tem que permanecer nas mãos dos agricultores de pequena escala e não pode ser deixado sob o controle das grandes companhias agroindustriais ou das cadeias de supermercados. Somente mudando o modelo industrial agrícola dirigido à exportação e baseado no livre comércio das grandes explorações agrícolas será possível frear a espiral descendente da pobreza, os salários baixos, a migração rural e urbana, a fome e a degradação ambiental. Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de soberania alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida do mundo. A soberania alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica, e nas redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010).

Gomes (2004) ressalta a importância da agroecologia enquanto ciência na promoção da soberania alimentar.

Não existe soberania alimentar sem a preservação das diversidades existentes na biologia, na natureza, na cultura e na sociedade. Ainda que seja possível alimentar toda a humanidade com os alimentos obtidos na agricultura convencional, com ela será sempre impossível eliminar a dependência de produtores rurais e agricultores aos pacotes tecnológicos procedentes dos países centrais e das grandes corporações multinacionais [...] com a predominância de uma dieta baseada em pouco mais de uma dezena de espécies com uma base genética extremamente estreita. [...] Isto significa a perda da rica diversidade que caracterizou, até a pouco, nossa sociedade. [...] Também não será possível a soberania alimentar se não houver protagonismo social [...] domínio sobre os processos tecnológicos e independência na organização da atividade. [...] A Agroecologia preconiza a organização de mercados justos e solidários, de circuitos curtos de comercialização, onde a ética e a solidariedade sejam norteadoras na relação entre produtores e consumidores de alimentos, não mais de “simples mercadorias”, como as que encontramos nas grandes superfícies (GOMES, 2004).

Para Susana Hercht (1993), “ a melhor maneira de descrever a agroecologia está no sentido de que ela, mais do que constituir uma disciplina específica, integra ideias e métodos de vários subcampos [...] como as ciências agrícolas, movimento ambientalistas, ecologia, a análise de agroecossistemas indígenas e os estudos de desenvolvimento rural [...] que conjuntamente têm exercido um papel fundamental sobre o pensamento agroecológico”.

A agroecologia como ciência interdisciplinar que agrega várias áreas de conhecimento pode contribuir com a construção de um caminho sustentável e inclusivo para a promoção

da soberania alimentar, através do reconhecimento e valorização dos saberes e culturas dos povos tradicionais e comunidades locais, proporcionando a produção de alimentos baseados em práticas agroecológicas e que permitam a preservação dos recursos naturais e da biodiversidade.

Agroecologia reconhece e se nutre dos saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores(as), dos povos indígenas, dos povos da floresta, dos pescadores(as), das comunidades quilombolas, bem como dos demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade. (CAPORAL, *et. al.*, 2006).

A discussão da temática da soberania alimentar e sua relação com a agroecologia precisam passar pelo debate da igualdade de gênero, empoderamento socioeconômico e político das mulheres e suas contribuições através da produção de alimentos, manutenção e preservação da biodiversidade local, pois, elas são essenciais à promoção das mudanças na organização dos sistemas alimentares locais e global.

Emma Siliprandi (2015) destacou que na literatura a respeito da agroecologia existiam referências a desigualdades de gênero, no entanto, sem aprofundamento dos debates e discussões o que dificulta a compreensão de como se processa as relações de poder no meio rural.

As relações de poder determinam igualmente as condições de participação dos homens e mulheres nos espaços de decisão sobre os rumos da sociedade, e, portanto, na construção do desenvolvimento rural sustentável. Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura. (EMMA SILIPRANDI, 2015)

As mulheres são as mais afetadas por problemas como a garantia do direito a uma alimentação adequada e saudável, sendo as mais atingidas pela insegurança alimentar moderada e grave; falta de autonomia de escolha sobre os sistemas de produção, distribuição, comercialização e consumo de alimentos; e nas lutas pelo direito à preservação da cultura local e seus modos de vida.

No entanto, em muitas civilizações, povos e comunidades tradicionais ao longo da história, as mulheres têm sido as guardiãs dos saberes ancestrais sobre alimentação, saúde e relação harmônica com a natureza.

Da Mota *et al.* (2021), consideram que as formas de utilização dos alimentos e suas histórias são fundamentais para a conservação da biodiversidade [...] sendo as mulheres

rurais as principais guardiãs dos conhecimentos sobre as formas de produção e preparação de alimentos, pois, são elas as responsáveis pela alimentação e cuidados familiares.

Atualmente, as mulheres continuam trabalhando na produção e comercialização de alimentos, com papel fundamental para manutenção de suas famílias e contribuindo com a economia local.

Ainda assim, a desigualdade de gênero persiste e pode ser percebida na sobrecarga de trabalhos das mulheres dentro e fora de casa, em menores remunerações por trabalhos semelhantes aos dos homens, na dificuldade de acesso a terra e ao crédito, na ocupação desproporcional de espaços de tomada de decisão e nos casos de diversos tipos de violência contra a mulher.

Apesar de avanços nos últimos anos através da luta das mulheres camponesas e de movimentos sociais pela inclusão dos direitos das mulheres agricultoras e reconhecimento de seu papel para a promoção da agroecologia e da soberania alimentar, ainda não há o devido reconhecimento de sua contribuição, ainda com um longo trajeto a percorrer.

Ferreira *et al.* (2020) ressaltam que a concepção agroecológica ainda necessita avançar em temas relativos à questão de gênero a exemplo do enfrentamento as diversas maneiras de violência - doméstica e no ambiente de trabalho, enfrentadas pelas mulheres, exclusão dos processos de tomada de decisão, dificuldade de acesso a insumos necessários a seus cultivos, mesmo em propriedades que se utilizam das práticas agroecológicas nos sistemas agrícolas.

Ante o exposto, o objetivo deste estudo é trazer analisar a evolução do conceito de Soberania Alimentar e sua relação com as mulheres camponesas e a agroecologia, a partir de documentos das Conferências Internacionais da Via Campesina e de revisão bibliográfica como forma de contribuir com as atuais discussões a cerca de soberania alimentar, gênero e agroecologia.

2 . METODOLOGIA

Realizou-se um levantamento bibliográfico na base de dados Scielo e Google acadêmico de publicações nacionais e internacionais referentes à temática que fossem relevantes as discussões e análises desta investigação.

Para compor a centralidade de documentos do presente trabalho, foram pesquisados os principais documentos produzidos durante as Conferências Internacionais da Via Campesina de 1993 a 2017, além de documentos e publicações complementares até o ano de 2021 buscando o estado da arte.

Para garantir que os artigos e publicações selecionados contemplassem as temáticas do presente trabalho, foi necessário a realização de triagem e seleção dos documentos mais apropriados para os temas abordados nesse estudo: Soberania Alimentar, Gênero, Via Campesina e Agroecologia, tendo como foco de análise a evolução do conceito de

soberania Alimentar e sua relação com as mulheres camponesas e a agroecologia, através da análise de documentos das Conferências Internacionais da Via Campesina.

Foi realizada análise de conteúdo, utilizando as etapas da técnica de acordo Bardin (1977), que traz a organização em três fases: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Foram selecionados inicialmente 35 artigos, 5 livros e 31 documentos da Via Campesina, entre relatórios, declarações, boletins, informações da assessoria de comunicação disponível da plataforma da rede da Via Campesina, declarações, relatórios e documentos do site das Organizações das Nações Unidas e da agência das Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (11 publicações), sobre as temáticas Soberania Alimentar, Segurança alimentar, Gênero, Via Campesina e Agroecologia, trazendo a evolução do conceito de soberania alimentar e o estado da arte das temáticas em estudo.

3 . SOBERANIA ALIMENTAR, MULHERES CAMPONESAS E AGROECOLOGIA: CONSTRUÇÕES A LUZ DA PROPOSTA DA VIA CAMPESINA

Para discutirmos sobre soberania alimentar e sua relação com as mulheres camponesas e a agroecologia, partiremos da análise da proposta de soberania alimentar pela Via Campesina através dos documentos das Conferências Internacionais da Via Campesina e de revisão bibliográfica como forma de contribuir com as atuais discussões a cerca de soberania alimentar, gênero e agroecologia. Além disso, se faz necessário introduzir a temática referindo-se ao conceito de segurança alimentar e as ações da agência das Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O conceito de segurança alimentar vem se desenvolvendo ao longo da história em diversos contextos políticos, culturais e socioeconômicos o que proporciona uma construção dinâmica e com inclusão de novas perspectivas e enfoques ao longo do tempo.

Nas duas grandes guerras mundiais a segurança alimentar estava relacionada com a preocupação dos países em garantir a segurança nacional. Desde então a discussão sobre agricultura e alimentação tem sido foco de debates em todo o mundo. Com a criação das Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) em 1945 o termo segurança alimentar se consolidou através da articulação internacional da agência à promoção de ações para o combate à fome e a pobreza por meio da segurança alimentar e desenvolvimento agrícola (SILVA, 2020).

Quase 30 anos depois, na Conferência Mundial de Alimentação organizada pela FAO em 1974, o debate acerca da segurança alimentar ainda tinha como eixo central o aumento da produtividade agrícola através das inovações tecnológicas propostas pela Revolução Verde à formação estratégica de estoques de alimentos e a busca da autossuficiência alimentar. Em consequência, houve aumento de excedente da produção e industrialização desses alimentos, todavia, este fato não garantiu a população socioeconomicamente vulnerável acesso a alimentos de forma adequada. Observa-se que até então a temática

da segurança alimentar pautava-se na disponibilidade e produtividade de alimentos, com enfoque no produto (ALEM, *et. al*, 2015; SILVA, 2020).

Nesse contexto, em 1996, a Cúpula Mundial da Alimentação organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) trouxe através da Declaração de Roma as bases para se atingir a segurança alimentar, abordando a definição da temática a nível individual, familiar, nacional, regional e mundial, no entanto acrescentando a perspectiva do direito humano ao acesso físico e econômico a alimentos seguros e saudáveis em quantidade e qualidade suficientes (FAO, 1996).

Evidencia-se que a construção do conceito de segurança alimentar apesar de avanços e incorporação de questões como a garantia ao acesso, por exemplo, ainda continua atrelada aos processos de produção industrial de alimentos, da revolução verde e aos pacotes tecnológicos relacionados a ela que supostamente promoveriam o combate à fome e erradicação da pobreza a nível mundial.

Todavia, o problema histórico da fome e insegurança alimentar deve ser analisado de maneira multidimensional e interdisciplinar, pois, envolve questões e conflitos de ordem política, sociocultural, econômica e ambiental que necessitam de ações conjuntas e coordenadas a nível global, nacional e local que garantam o direito à alimentação saudável a todos indistintamente e de forma regular e permanente. Tal complexidade e desafios têm sido motivos de debates e discussões políticas, econômicas, sociais e científicas a respeito da temática.

Em contraponto ao conceito de segurança alimentar e plano de ações definidos pela FAO, movimentos sociais de camponeses e camponesas defendem o conceito de soberania alimentar que abrange a garantia da segurança alimentar e nutricional através do respeito ao direito dos povos de definir suas políticas, com autonomia de escolha sobre os processos de produção e sistemas agrícolas.

A partir de então, a temática da soberania alimentar avança a nível internacional através de sua incorporação e ampliação pela Via Campesina¹ e ganhou impulso por meio da Declaração de Tlaxcala, produto da II Conferência Internacional da Via Campesina, no México, em abril de 1996. No mesmo ano, durante a conferência da FAO da Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, a Via Campesina interpôs nas discussões e debates o conceito de soberania alimentar, em defesa da liberdade, reconhecimento e primazia de cada povo (DESMARAIS, 2015; MCMICHAEL, 2016).

Segundo Edelman (2014), o conceito de soberania alimentar, a princípio, foi apresentado na década de 80 através dos movimentos sociais do campo e governos da América Central que trabalharam para melhores condições no mercado de alimentos.

Todavia, foi através da rede internacional da Via Campesina que ganhou força e

¹ Via Campesina é uma organização internacional de camponeses e camponesas que desde 1993 luta em defesa da Soberania Alimentar dos povos. Atualmente abrange 81 países e 182 organizações e movimentos sociais (Via Campesina, 2021).

destaque a nível mundial. O conceito de soberania alimentar proposto pela Via Campesina trata da necessidade essencial de autonomia dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação a toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade das culturas campesinas, pesqueiras e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desenvolve fundamental papel (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Alguns anos depois, no Fórum Mundial de Soberania Alimentar em Mali, 2007, foi elaborada a Declaração de Nyéléni, ampliando os conceitos, discussões e proposições para o fortalecimento do movimento pela soberania alimentar a nível mundial, onde se fizeram presentes mais de 500 representações e organizações de 80 países (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

O conceito ampliado nesse momento incorpora questões como o direito de produção ecológica e sustentável de alimentos e o respeito à cultura alimentar dos povos, uma genuína reforma agrária e integral, remuneração justa e direitos trabalhistas, direitos iguais para mulheres e homens, caminhos de um futuro para os jovens do campo, a primazia aos mercados locais e nacionais através da valorização da produção agrícola dos camponeses e camponeses em contraponto às demandas de produção industrial de alimentos e imposições mercadológicas (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

A soberania alimentar é o direito dos povos a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados, produzidos por métodos ecologicamente corretos e sustentáveis, e seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e agrícolas. Coloca as aspirações e necessidades daqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro das políticas e sistemas alimentares, e não nas demandas dos mercados e das empresas. Defende os interesses e a inclusão da próxima geração. Oferece uma estratégia para resistir e desmantelar o atual regime comercial e alimentar corporativo, e orientações para os sistemas alimentares, agrícolas, pastoris e pesqueiros determinados pelos produtores e usuários locais. A soberania alimentar prioriza as economias e mercados locais e nacionais e capacita a agricultura dirigida por camponeses e agricultores familiares, pesca artesanal, pastagem liderada por pastores e produção de alimentos, distribuição e consumo com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica. A soberania alimentar promove o comércio transparente que garante uma renda justa para todos os povos, bem como os direitos dos consumidores de controlar sua alimentação e nutrição. Ele garante que os direitos de uso e gestão de terras, territórios, águas, sementes, gado e biodiversidade estão nas mãos de quem produz alimentos (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

A agenda de ações a partir da Declaração de Nyéléni evidencia que a garantia da soberania alimentar demanda de novas relações sociais livres de pressão e desigualdade entre homens e mulheres, povos, grupos raciais, classes sociais, econômicas e gerações. A luta por um mundo onde haja o reconhecimento e respeito pelos papéis e direitos das

mulheres na produção de alimentos e representação das mulheres em todos os órgãos de tomada de decisão está entre seus destaques (DECLARAÇÃO DE NYÉLÉNI, 2007).

Evidencia-se através da análise dos documentos produzidos nas Conferências Internacionais da Via Campesina que, ao longo do tempo e a cada encontro, a evolução do conceito e as proposições acerca da defesa da soberania alimentar passaram a incluir de forma mais sistemática, as lutas históricas e a imprescindibilidade do reconhecimento dos direitos e do papel das mulheres na garantia da soberania alimentar.

Doravante, iremos analisar os próximos documentos das Conferências Internacionais da Via Campesina em ordem cronológica para melhor compreensão e análise da construção do conceito de soberania alimentar, verificando sua correlação com as lutas e conquistas das mulheres camponesas que compõem a rede de organizações sociais e com a agroecologia.

O documento produzido na I Assembleia Internacional das Mulheres Camponesas na III Conferência Internacional da Via Campesina em 2000, Bangalore, foi marcado por reflexões acerca das lutas, injustiças, exclusões e violências sofridas pelas mulheres camponesas ao longo da história em contraponto a importância do papel das mulheres como produtoras de alimentos, conservação da biodiversidade, preservação da cultura de seus povos e comunidades, e relevância essencial para a construção de comunidades rurais saudáveis e sustentáveis (Via Campesina, 2000).

Na construção do documento foram assinalados compromissos fundamentados nos princípios da igualdade, direitos humanos, justiça econômica e desenvolvimento social, referentes às lutas das mulheres camponesas como contribuição a ampliação dos fundamentos para a construção do conceito de soberania alimentar:

- a. Direito a igualdade na tomada de decisão e participação democrática em todos os espaços políticos e sociais de forma plena;
- b. Fim de toda forma de violência contra as mulheres camponesas;
- c. Luta por arranjos socioeconômicos produtivos que priorizem as necessidades das mulheres camponesas e seus filhos;
- d. Garantia do direito próprio ao acesso à terra pelas mulheres, crédito e treinamentos adequados às suas necessidades para produção de alimentos;
- e. Reconhecimento e respeito ao conhecimento tradicional das mulheres à preservação da biodiversidade e das espécies de sementes e plantas alimentares e medicinais;
- f. Luta contra a desigualdade salarial e condições de insalubridade, periculosidade e assédio em todos os setores de trabalhos rurais;
- g. Luta em defesa da educação de todas as pessoas do campo, especialmente crianças, meninas e meninos;

- h. Respeito à singularidade e valores culturais das comunidades camponesas;
- i. Defesa do acesso e serviço adequados de saúde às mulheres rurais;
- j. Luta em defesa do meio ambiente e pela saúde das famílias e dos ecossistemas (VIA CAMPESINA, 2000)

Percebe-se um avanço em relação ao fortalecimento das lutas pelos direitos e pelo reconhecimento da mulher camponesa e seu papel fundamental na produção de alimentos, preservação da cultura dos povos, comunidades e da biodiversidade.

Nas Conferências Internacionais da Via Campesina seguintes (2004, 2008, 2013 e 2017), as discussões sobre soberania alimentar incorporam também os conceitos, pautas e proposições apresentadas até aqui pelas mulheres da rede internacional.

A dinâmica das conferências, processos e experiências sociopolíticas-educativas proporcionadas pelas ações do coletivo de movimentos sociais, parece configurar desenhos para a transformação das relações de gênero contribuindo ao empoderamento sociopolítico das mulheres camponesas.

Em 2004, na IV Conferência Internacional que aconteceu no Brasil, o texto da declaração produzida pelos movimentos, aponta que as questões relacionadas a gênero vão sendo moldadas e se mostram através da paridade numérica de gênero conquistada pelas mulheres junto ao coletivo de movimentos da Via Campesina, no entanto, as mulheres ressaltam a necessidade de traduzir essas conquistas em mudanças reais nas relações entre homens e mulheres do próprio coletivo (DECLARAÇÃO DA IV CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 2004a).

As mulheres rurais, protagonistas da construção de um outro mundo possível, estão preparadas para defender, fortalecer e expandir nossas organizações e movimentos [...] Continuaremos a lutar pela soberania alimentar, pela terra e pelo território, pela reforma agrária integrada, pela defesa de nossas sementes como patrimônio dos povos, pela autonomia econômica das mulheres, pela igualdade de gênero e pela soberania de nossos povos (DECLARAÇÃO DA II ASSEMBLEIA INTERNACIONAL DAS MULHERES RURAIS DA VIA CAMPESINA, 2004b).

Importante salientar que foi na conferência de 2004, que o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, primeiro movimento de mulheres camponesas do Brasil se incorporou a Via Campesina ampliando sua atuação e, desde então, contribuindo com as lutas das mulheres camponesas pela rede internacional.

Desde a configuração anterior como Movimento de Mulheres Agricultoras - MMA até a mudança de nomenclatura para Movimento das Mulheres Camponesas – MMC e incorporação a Via Campesina, foram mais de três décadas de reivindicações e bandeiras de luta pela garantia dos direitos das mulheres camponesas e ampliação das questões de gênero, constituindo importantes desdobramentos políticos no enfrentamento ao atual modelo econômico e cultura patriarcal (BONI, 2013; VALANDRO, *et al.*, 2018).

A cada conferência cresce a quantidade de movimentos de camponesas e camponeses de várias partes do mundo que se somam às lutas da Via Campesina. Em 2008, na V Conferência Internacional da Via Campesina, em Maputo – Moçambique reuniu-se cerca 550 pessoas e delegados de 57 países (VIA CAMPESINA, 2008b).

As crises de ordem alimentar, energética, climática e financeira tomaram a centralidade dos debates, que na Declaração denominada Carta aberta de Maputo traz o relato dos antecedentes que desencadearam a situação alarmante da crise global, além de defender os fundamentos e conceitos de soberania alimentar proposta pela Via Campesina como forma de encontrar reais soluções diante da complexidade da crise (Via Campesina, 2008b).

Dentre as abordagens da carta, além de todas as temáticas que vinham sendo reforçadas a cada encontro internacional, a referência à agricultura agroecológica também é destacada nessa conferência e a reafirmação da necessidade de avançar com soluções concretas no combate a todas as formas de violência contra a mulher e a participação paritária em todas as esferas da sociedade promovendo a igualdade de gênero (VIA CAMPESINA, 2008a).

Percebe-se que a partir de 2008, com o crescimento da participação das mulheres ao longo de cada conferência e a medida que suas pautas vão sendo incorporadas as lutas e propostas da Via campesina à soberania alimentar, o termo agroecologia também começa a ser mais evidenciado.

A relação entre agroecologia, gênero e soberania alimentar também é evidenciada em estudos nos últimos anos. Emma Siliprandi em seu livro sobre mulheres e agroecologia publicado em 2015, traz reflexões sobre a importância da agroecologia como espaço à promoção de transformações nas relações entre homens e mulheres, possibilitando caminhos para a igualdade de gênero, protagonismo e autonomia das mulheres.

A experiência tem mostrado, no entanto, que a participação em processos de transição para a agroecologia, ao introduzir elementos que potencialmente desestabilizam a lógica patriarcal, pode abrir espaço para a mudança dos padrões de gênero, criando brechas para o reconhecimento de alternativas de vida às mulheres, para além dos papéis tradicionais. Mas para quebrar essa lógica é preciso que haja um processo de “empoderamento” também político dessas mulheres, o que vai depender, basicamente, de que elas consigam aparecer (individual e coletivamente) como sujeitos ativos, nas famílias, nas comunidades, até influenciarem nas instituições públicas, nas políticas, na sociedade. Enfim, que as mulheres se façam reconhecer e sejam reconhecidas. (EMMA SILIPRANDI, 2015)

Debates e proposições ocorreram na Assembleia de Mulheres da Via Campesina que aconteceu durante a Conferência culminando na formulação de declaração própria da assembleia e o lançamento da campanha global pela Via Campesina para Acabar com a Violência contra as Mulheres (VIA CAMPESINA, 2008b).

O avanço das mulheres é um avanço para todos: o fim de todas as formas de

violência contra a mulher, inclusive física, social e outras. Attingir a verdadeira paridade de gênero em todos os espaços internos e órgãos de debate e tomada de decisão são compromissos absolutamente essenciais para avançar neste momento como movimentos sociais em direção à transformação da sociedade (VIA CAMPESINA, 2008b).

Durante a Assembleia, mais alertas são dados sobre as violências sofridas pelas mulheres, principalmente as camponesas em todo o mundo, além de históricos e análises de lutas confirmando a urgência do enfrentamento veemente contra todas as formas de violência, repressões e discriminação contras as mulheres e pela garantia dos direitos humanos fundamentais e a qualidade vida.

Somos mulheres com uma história e lutas comuns pela vida, terra e território, soberania alimentar, justiça e dignidade [...] Somos mulheres que lutaram contra a violência ao longo da história, lutadoras que continuam defendendo nossos territórios e culturas da pilhagem, da devastação e da morte perpetrada por aqueles que impuseram seu poder desde o tempo do colonialismo e hoje continuam tentando colonizar não apenas nossos territórios mas também nossas mentes e nossas vidas. Como mulheres, reivindicamos o respeito por todos os nossos direitos e rejeitamos o sistema patriarcal e todas as suas expressões discriminatórias (III DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE MULHERES DA VIA CAMPESINA, 2008b).

[...] Reivindicamos o nosso direito a uma vida digna, o respeito pelos nossos direitos sexuais e reprodutivos, a aplicação imediata de meios para erradicar todas as formas de violência física, sexual, verbal e psicológica, bem como a eliminação da prática do homicídio feminino (feminicídio) que ainda persiste (III DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE MULHERES DA VIA CAMPESINA, 2008b).

Reconhecemos que todas as mulheres sofrem discriminação; no entanto, nem todas as mulheres são discriminadas da mesma forma. Não é a mesma coisa estar entre os 20% mais ricos ou ser pobre; não é o mesmo ser trabalhador ou empresária; ser jovem, adulto ou idoso; ser branco, negro, mestiço ou indígena; ser urbano ou rural (III DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE MULHERES DA VIA CAMPESINA, 2008b).

As mulheres sofrem discriminação de classe, gênero, etnia, sexo, estética, entre outras. Essa complexidade é necessária para ser assumida tanto como expressão política para a denúncia da discriminação, quanto numa perspectiva de busca de um tipo diferente de sociedade, acreditando que se outro mundo é possível, outros tipos de relações de gênero também são possíveis (III DECLARAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE MULHERES DA VIA CAMPESINA, 2008b).

Com mais de 600 representantes de diversas partes do mundo, em 2013 foi realizada a VI Conferência Internacional da Via Campesina em Jacarta na Indonésia, com o tema “Pela terra e pela soberania dos povos, na solidariedade e na luta”. No encontro internacional ressaltaram-se os 20 anos de fundação da Via Campesina Internacional, rede global de organizações rurais, e o lançamento de um novo plano de ação mundial fundamentado na agricultura de pequena escala e agroecologia, soberania alimentar e

autodeterminação das comunidades (VIA CAMPESINA, 2013a).

Durante o evento foi apresentado o livro organizado pela Comissão Internacional sobre a Agricultura Camponesa Sustentável “De Maputo a Jacarta. 5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina” que foi elaborado através das experiências, encontros e debates locais, nacionais, regionais e internacionais desde Maputo em 2008, vivenciados pelas camponesas e camponeses dos movimentos que compõem a rede da Via Campesina como proposta para o novo documento e plano de trabalho à Via Campesina na defesa e promoção da agricultura camponesa agroecológica doravante.

As temáticas abordadas no livro demonstram avanços quanto ao consenso dos camponeses e camponesas em torno da importância da agroecologia para se alcançar a soberania alimentar, onde se anuncia como introdução, “A agroecologia é nossa como povos camponeses e indígenas, e não está à venda!” (VIA CAMPESINA, 2013b).

A construção do conceito da agroecologia pela Via Campesina é fruto de muitos encontros, discussões e debates que aconteceram em vários momentos pelos camponeses e camponesas da Via campesina em todo o mundo, onde sistematizaram aspectos que defendem sobre a agroecologia e sua importância à promoção da soberania alimentar, assim como os aspectos que rejeitam, como o alerta a cooptação do conceito de agroecologia pela lógica do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na agricultura industrial e monoculturas (VIA CAMPESINA, 2013b).

Nós, membros de La Vía Campesina, vamos reunir nossas forças, capacidades e conhecimentos para transformar essa sociedade pela prática da agroecologia no contexto da soberania alimentar, mobilizando cada agricultor que tem seus direitos negligenciados, apoiando cada organização agrícola permanentemente abalada, apelando aos políticos para que façam políticas públicas tendo como objetivo as comunidades agrícolas, a agroecologia, a realocação das produções, terras, água e a redistribuição das fontes naturais (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] temos desenvolvido um processo de aproximação ao conceito de agroecologia, que nos tem permitido fortalecer as bases que orientam a construção dos processos aos quais as organizações da Via Campesina estão envolvidas (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] “É necessária para que os povos garantam a soberania alimentar e energética para a emancipação humana, ademais, a agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não exista propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração, cujo fim não é a acumulação” (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] Afirmamos que a Agroecologia se fundamenta nos saberes e práticas ancestrais, que constrói o conhecimento a partir do diálogo e o respeito às diferentes visões e processos, do intercâmbio de experiências e utiliza tecnologias apropriadas à produção de alimentos saudáveis que atendam às necessidades da humanidade, em harmonia com a Mãe Terra (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] A experiência vivida, e uma prática como reflexões da Via Campesina pelo menos nos últimos quatro anos, mostraram que a agroecologia é uma parte estratégica para a construção da soberania popular e alimentar. Compreendemos também que é a própria agroecologia uma parte integrante da resposta às crises e aos grandes desafios globais como que a humanidade enfrenta (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] a agricultura de pequena escala pode alimentar, e está alimentando a humanidade e pode mesmo enfrentar a crise alimentar através da agroecologia e da diversidade. Apesar do equívoco comum que os sistemas são mais produtivos do agronegócio, nós agora sabemos que os sistemas agrogeológicos podem produzir muito mais alimentos por hectare do que qualquer outra monocultura. Ao fazer alimentos mais saudáveis, mais nutritivos, e mais acessíveis diretamente aos consumidores. [...] a agroecologia ajuda a enfrentar a crise ambiental. Agricultura camponesa com agroecologia e diversidade arrefece a terra, mantendo o carbono no solo e o fornecimento de mão de obra a agricultores familiares, com os recursos para resistir às alterações climáticas e os desastres naturais cada vez maiores. Agroecologia muda a energia dependente de petróleo e agricultura matriz, uma parte principal das mudanças sistêmicas necessárias para impedir as emissões. [...] a agroecologia suporta o bem comum e coletivo. Enquanto isso cria as condições para melhores condições de vida para a população rural e urbana, agroecologia, como um pilar de alimentos e soberania popular, estabelece que a terra, água, sementes e conhecimento são valorizadas e permanecer como um patrimônio dos povos a serviço da humanidade (VIA CAMPESINA, 2013b)..

[...] Agroecologia dá um novo significado para a luta pela reforma agrária para capacitar as pessoas (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] Acreditamos que a origem da agroecologia está no conhecimento acumulado e na sabedoria dos povos rurais, organizados em um diálogo entre diferentes tipos de conhecimentos (“diálogo de saberes”) pra produzir a “ciência” movimento e prática da agroecologia. Como as sementes, agroecologia é um patrimônio dos povos rurais e nós o colocamos a serviço da humanidade e da Mãe Terra, livre de taxas ou patentes. É “nosso” e não está à venda. E pretendemos defender o que significa agroecologia e agricultura camponesa agroecológica, de todas as tentativas de cooptação (VIA CAMPESINA, 2013b).

[...] Essa tentativa neoliberal de cooptar a agroecologia pode ser vista em programas governamentais de “agricultura orgânica” que promovem a monocultura baseada em orgânicos para exportação para mercados de nicho e subsidiando empresas para produzir insumos orgânicos que são ainda mais caros do que os custos com agrotóxicos, o que leva muitas famílias rurais à armadilha da dívida (VIA CAMPESINA, 2013b).

Também é possível evidenciar proposições e progressos quanto à compreensão e inclusão dos direitos das mulheres, combate a violência e importância do papel das mulheres para a agricultura agroecológica e sustentável.

O que é agricultura camponesa sustentável? [...] Homens e mulheres são tratados com igualdade. As mulheres são tratadas igualmente aos homens e têm completo acesso aos meios de produção. As mulheres também participam

plenamente nas decisões tomadas nas suas comunidades, assim como nas organizações que as representam (VIA CAMPESINA, 2013b).

Para a Via Campesina a verdadeira agricultura sustentável do camponês parte da recuperação dos métodos de agricultura tradicional dos camponeses a introdução de novas práticas ecológicas, o controlo e defesa dos territórios e sementes, e não esquecendo a igualdade social e do género (VIA CAMPESINA, 2013b).

Homens e mulheres lutando juntos contra o patriarcado e pelo fim da violência contra a mulher: Nos comprometemos a confrontar o patriarcado e a violência contra as mulheres na sociedade, em nossas organizações e movimentos e em nossas famílias. Vimos como a transição de uma monocultura dominada por homens para uma diversificada agricultura camponesa agroecológica diversifica os papéis e oportunidades para todos os membros da família camponesa e comunidade, reduzindo a concentração do poder, da renda e da tomada de decisão nas mãos do homem. Para nós, as mulheres são tratadas igualmente aos homens e têm completo acesso aos meios de produção. As mulheres participam plenamente nas decisões tomadas nas suas famílias, comunidades e nas organizações que as representam. (VIA CAMPESINA, 2013b).

Conjuntamente, mais de 300 mulheres camponesas e pequenas agricultoras se reuniram durante a Conferência da Indonésia para discutirem suas pautas, avaliarem os documentos anteriores e ações dos últimos anos desde o lançamento da campanha global para “Acabar com a violência contra as mulheres” na Assembleia de Mulheres de Maputo em 2008, com o intuito de avançar com uma estratégia para os próximos anos que possa reforçar e dar continuidade à campanha contra a violência em todos os países (VIA CAMPESINA, 2013c).

A VII Conferência Internacional da Via Campesina aconteceu no país de Basco em 2017, onde reuniram mais de 450 representantes do coletivo da Via Campesina de quatro continentes para discussões, análises de conjuntura e proposições de caminhos para um mundo alternativo com base na dignidade humana e soberania alimentar. Precederam o evento a IV Assembleia Internacional da Juventude e a V Assembleia Internacional das Mulheres da Via Campesina (VIA CAMPESINA, 2017a).

Durante a Assembleia das mulheres, elas trazem o histórico de lutas das mulheres em todo o mundo ao longo dos anos contra as opressões e retirada de direitos humanos fundamentais pelo sistema capitalista patriarcal. Nessa análise também destacam os avanços alcançados e a consolidação de suas ações e pensamentos nessa trajetória. Abordam a importância da mulher camponesa como produtora de bens e alimentos, no entanto, de que não há reconhecimento do crescente acúmulo de trabalho e sobrecarga de atividades sofrido pelas mulheres (VIA CAMPESINA, 2017b).

Advertem para a comercialização da natureza e agricultura que trazem danos profundos às comunidades e povos, em especial às mulheres, que apesar delas serem essenciais para a produção de alimentos são as primeiras a passar fome. E alertam sobre

a continuidade e aumento de todos os tipos de violência contra a mulher: econômica, trabalhista, ambiental, física, sexual e psicológica e a necessidade de intensificar ações de luta contra toda forma de violência (VIA CAMPESINA, 2017b).

Somos mulheres rurais que representam a diversidade das mulheres rurais: indígenas, camponesas, trabalhadoras rurais, pescadores, pastoras, artesãs, jovens, migrantes e catadoras, que, por meio de nosso trabalho produtivo e político, contribuem diariamente com o campo, lutas e ao movimento internacional da Via Campesina. Fazemos isso do ponto de vista do feminismo e da soberania alimentar. (VIA CAMPESINA, 2017b)

Em 2018 outra importante conquista através das lutas e esforços dos movimentos que compõe a Via Campesina foi a aprovação pela ONU da declaração sobre os direitos dos camponeses, camponesas e trabalhadores das áreas rurais, publicada em forma de cartilha pela Via Campesina Brasil em fevereiro de 2021 (VIA CAMPESINA, 2021).

A Declaração dentre uma séria de sujeitos de direito, como participação, organização social, comercialização, distribuição, garantias contra a criminalização e repressão, acesso à justiça, seguridade social, direito a biodiversidade e as sementes, direito a um ambiente seguro, limpo e saudável, entre outros direitos, traz um recorte de gênero reconhecendo os problemas enfrentados pelas mulheres camponesas detalhados em seu artigo 4º: Não Discriminação as Mulheres (VIA CAMPESINA, 2021).

[...] Salientando que as mulheres camponesas e outras mulheres rurais desempenham um papel significativo na sobrevivência econômica de suas famílias e na contribuição para a economia rural e nacional, inclusive por meio de seu trabalho nos setores não monetizados da economia, mas que muitas vezes são privadas da posse e propriedade da terra, da igualdade de acesso a terra, dos recursos produtivos, dos serviços financeiros, da informação, do emprego ou da proteção social, e são frequentemente vítimas de violência e discriminação em diversas formas e manifestações (VIA CAMPESINA, 2021, pag.10).

Para a Via Campesina, a declaração é fruto de anos de grandes esforços e processos de negociação ante o texto inicial proposto pelo coletivo. Ressaltam a incerteza de resultados referentes à aprovação da Declaração dos direitos dos camponeses e camponesas doravante, mas também comemoram os avanços, pois, o documento apresenta a potencialidade de transformação de práticas em todo o mundo (VIA CAMPESINA, 2021).

Consideram que sua força reside em reconhecer os direitos dos camponeses e camponesas no cenário internacional permitindo que possam reivindicar mudanças legislativas nacionais para embasar a concretização dos direitos declarados que o documento traz com a ampliação de novos direitos e debates que nortearão uma larga trajetória de lutas em busca da implementação dos direitos em todos os níveis da sociedade e nações (VIA CAMPESINA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que a cada Conferência, mais pessoas, organizações sociais e países vão se incorporando à rede internacional da Via Campesina a partir de sua incidência política enquanto representação das demandas ligadas à soberania alimentar dos povos e camponeses a nível mundial.

Percebe-se também um quantitativo crescente de mulheres a cada conferência internacional. O crescimento não se deu apenas em número, mas também em avanços na inclusão das pautas relacionadas às suas reivindicações.

Na análise dos documentos, nota-se que a cada encontro, novas experiências, desafios, reivindicações, lutas, alertas, análises e proposições de ordem social, alimentar, política, de gênero, ambiental, educacional, de segurança e saúde são acrescentadas.

A evolução da proposta e construção do conceito de soberania alimentar se dá ao mesmo tempo em que as mulheres começam também a ter mais espaço e participam das tomadas de decisão, inclusive com suas próprias assembleias durante o evento.

Para cada análise, reivindicações e proposições das diversas ordens, as pautas das mulheres são incorporadas nas proposições e ações. Isso garantiu avanços importantes em defesa de seus direitos, dignidade e intensificação da luta no combate a violência contra as mulheres, principalmente as mulheres camponesas. No entanto, nas últimas conferências ressaltam que há um longo caminho a percorrer para o reconhecimento e efetivação desses direitos de forma plena.

Desde a Conferência Internacional em 2013 com a apresentação do livro dos 5 anos de Agroecologia da Via Campesina – De Maputo a Jacarta, e com a elaboração e apresentação do Manifesto da Mulher Rural pelas mulheres camponesas, com orientações de práticas de mudanças para toda a sociedade, observa-se que houve muitos progressos quanto a evolução do conceito de soberania alimentar e também sua relação com a agroecologia.

Assim, o conceito de agroecologia passa a ser mais evidenciado e embasa de forma intensificada as discussões, debates, manifestos e publicações da Via Campesina em suas pautas defendidas doravante. Há um destaque nos documentos e publicações sobre a relação da agroecologia com o papel fundamental das mulheres como produtoras de alimentos, guardiãs da biodiversidade e a necessidade de defesa e garantia de seus direitos, incorporando-se as discussões e proposições de forma mais perceptível nos documentos analisados a partir de então.

A importância do protagonismo e reconhecimento do papel das mulheres na agroecologia também é salientada nos estudos de Siliprandi (2015) e Da Mota *et al.* (2021), conforme destacado no presente estudo.

A soberania alimentar está intimamente relacionada à história de luta e vida das mulheres camponesas. A agroecologia abrange dimensões essenciais para garantir

a soberania alimentar, pois, permite aos povos plantar e comer alimentos saudáveis, assim como o respeito às suas culturas alimentares, promovendo através das práticas agroecológicas produção de alimentos que garantam a saúde humana e dos ecossistemas.

Nessa conjuntura e trajetória de encontros, experiências, vivências, diversidade de povos, etnias, culturas, pensamentos e lutas evidenciam-se as tessituras da construção e evolução do conceito de soberania alimentar e a importância das ações dos movimentos membros da Via Campesina como sujeitos dessa construção, incorporando ao longo do tempo a importância da agroecologia para a garantia da soberania alimentar bem como a luta das mulheres camponesas da rede internacional em defesa de seus direitos e reconhecimento da contribuição no passado e presente à promoção da soberania alimentar e da agroecologia.

O conceito de soberania alimentar proposto e construído pelos movimentos sociais de camponesas e camponeses traz contribuições importantes, mostrando caminhos a seguir para a superação da complexidade de desafios para garantir a segurança alimentar e nutricional a todas as pessoas e o direito dos povos em autonomia de escolha quanto a seus sistemas alimentares, respeitando as culturas locais e dos povos tradicionais e devolvendo as mulheres o direito, reconhecimento e condições de continuarem a proteger as culturas alimentares, as sementes, a biodiversidade e seus territórios, com segurança e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALEM, D., OLIVEIRA, G., OLIVEIRA, J., IMBIRUSSÚ, E. Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. 2015. **Anais**: XX Encontro Nacional de Economia Política, Foz do Iguaçu. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONI, Valdete. Movimento das Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista. **Grifos**, Chapecó, n 34-35, p.67 – 88, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. **Agroecologia**: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. Brasília, 2006.

DA MOTA, D.M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. Biodiversidade, cultura alimentar e agroecologia: reflexões sobre as contribuições das mulheres rurais para a soberania e segurança alimentar e nutricional. *In*: MOTA, D.M.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. L. **Soberania alimentar Biodiversidade, cultura e relações de gênero**. Coleção Transição Agroecológica. Vol. 5. EMBRAPA: Brasília, 2021.

DESMARAIS, A. A. **The gift of food sovereignty**. Canadian Food Studies, Ottawa, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

DECLARAÇÃO DE NYÉLENI. Foro mundial para la soberanía alimentaria, 2007, Nyéléni. **Declaración de Nyéléni**. Nyéléni., Malí, 2007. Disponível em: <https://nyeleni.org/spip.php?article280>. Acesso em: 19 de maio de 2021.

EDELMAN, M. Food sovereignty: forgotten genealogies and future regulatory challenges. **Journal of Peasant Studies**, Hague, v.41, n.6, p. 959–978, 2014.

FAO, Cúpula Mundial da Alimentação. **Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e plano de ação da Cúpula Mundial da Alimentação**. Roma, 13-17 nov. 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso em: 13 de maio de 2021.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), International Fund for Agricultural Development (IFAD), United Nations Children’s Fund (UNICEF), World Food Programme (WFP), World Health Organization (WHO). **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Rome: FAO; 2018.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO), International Fund for Agricultural Development (IFAD), United Nations Children’s Fund (UNICEF), World Food Programme (WFP), World Health Organization (WHO). **The State of Food Security and Nutrition in the World**. Rome: FAO; 2021.

FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR. Declaración final del foro mundial sobre soberanía alimentaria: **Por el derecho de los pueblos a producir, a alimentarse y a ejercer su soberanía alimentaria**. Havana, Cuba, 2001. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/doc-792_es.pdf. Acesso em 16 de maio 2021.

GOMES, J. C. C. Ciência agroecológica e sua aplicação na conquista da soberania alimentar. *In*: CANUTO, J. C.; COSTABEBER, J. A. (Org.). **Agroecologia: conquistando a soberania alimentar**. Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.

HECHT, S. B. A evolução do pensamento agroecológico. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento**. CLADES: Rio de Janeiro. Vol 1, nº 1, 1993.

MCMICHAEL, P. Commentary: Food regime for thought. **The Journal of Peasant Studies**, Hague, v. 43, n. 3, p. 648–670, 2016.

ONU – Organização das Nações Unidas. **No Conselho de Segurança, Guterres alerta sobre aumento de fome no mundo**. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/03/1744232>. Acesso em 17 de abril de 2021.

SILIPRANDRI, E. **Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2015.

SILVA, M., Z., T. A segurança e a soberania alimentares: conceitos e possibilidades de combate à fome no Brasil. 2020. **Revista de Sociologia Configurações**, 25, 97-111. 2020.

VALANDRO, A.B.; BADALOTTI, R.M.; TONEZER, C.; FROHLICH, E.R. Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na defesa da soberania alimentar. **Revista do Desenvolvimento Regional – Faccat**. Taquara, RS, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018.

VIA CAMPESINA. **A Assembleia das Mulheres avalia sua campanha global para ‘Acabar com a Violência contra as Mulheres’ e faz planos para o futuro.** 2013c. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/women-s-assembly-evaluates-its-global-campaign-to-stop-the-violence-against-women-and-makes-plans-for-the-future/>. Acesso em 25 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. Carta de Maputo: **V Conferência Internacional de la Via Campesina.** 2008a. Maputo, Moçambique. 2008a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-maputo-v-international-conference-of-la-via-campesina/> Acesso em 16 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Jacarta: 5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina.** Comissão Internacional sobre Agricultura Sustentável Camponesas da La Via Campesina, 2013b. Jacarta/ Indonésia, 2013b. Disponível em: <https://viacampesina.org/es/wp-content/uploads/sites/3/2013/07/De-Maputo-a-Yakarta-ES-web.pdf>. Acesso em 25 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. **Declaração da II Assembleia Internacional das Mulheres Rurais da Via Campesina,** Brasil. 2004b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-the-second-international-assembly-of-rural-women/>. Acesso em 17 de junho de 2021.

VIA CAMPESINA. **Declaração da III Assembleia de Mulheres da Via Campesina,** 2008b. Maputo, Moçambique. 2008b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-the-iii-assembly-of-the-women-of-the-via-campesina/> Acesso em 16 de maio de 2021.

VIA CAMPESINA. **Declaração da IV Conferência Internacional da Via Campesina,** Brasil. 2004a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/declaration-of-the-via-campesinas-fourth-international-conference-19th-june/>. Acesso em 17 de junho de 2021.

VIA CAMPESINA. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas:** Cartilha. 2021. Disponível em: <https://viacampesina.org/>. Acesso em 16 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. **III Conferência Internacional da Via Campesina,** Bangalore. 2000. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/bangalore-declaration-of-the-via-campesina/>. Acesso em 17 de junho de 2021.

VIA CAMPESINA. **Novo plano de ação da La Vía Campesina International resgata a soberania alimentar e a produção agroecológica.** 2013a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/la-via-campesina-internacional-s-new-action-plan-reclaims-food-sovereignty-and-agro-ecological-production/>. Acesso em 25 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. **V Assembleia de Mulheres da Via Campesina,** 2017b. Derio, País de Basco, 2017b. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/vii-international-conference-womens-assembly-declaration/>. Acesso em 16 de maio 2021.

VIA CAMPESINA. **VII Conferencia Internacional de la Via Campesina,** 2017a. Derio, País de Basco, 2017a. Disponível em: <https://viacampesina.org/en/report-of-the-vii-international-conference-of-la-via-campesina/>. Acesso em 16 de maio 2021.